



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



RELATÓRIO AMBIENTAL

Nº 063/2019.

INFRATORA: Pirandira Empreendimentos Imobiliários LTDA

CNPJ: 07.445.119/0001-17

ENDEREÇO: Rua Ajuricaba, 1014 – Centro, Sala 04 – Boa Vista - RR

OBJETIVO: Relatar os fatos que geraram o Auto de Infração e embargo Nº 0003693.

INTRODUÇÃO

No dia 30 de abril de 2019, a equipe de Fiscalização da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH, composta pelos Analistas Ambientais/Fiscais **José Rodrigues da Silva Júnior e Roberto José de Santana Neto** conduzido pelo motorista **Eliseu Aires**, acompanhado pelo SGT Orlando e SD Queiroz da Companhia Independente de Polícia Ambiental (CIPA), deslocou-se até o local da denúncia no município de Cantá/RR com a finalidade de atender o ofício nº 050/2019/PJMA/2ºTIT/MPRR.

DOS FATOS

No local da denuncia mencionada no ofício, a equipe de fiscalização constatou a existência de resíduos sólidos (vegetação e terra) lançados em um lago. Comprovando as informações apresentados no relatório nº 006/P3/CIPA/2018.

Com isso, a partir dessa constatação procurou-se mensurar o dano ambiental.

Em seguida, a equipe de fiscalização deslocou-se ao escritório da imobiliária responsável pelo o empreendimento, onde esta equipe fora recebido pelo seu representante o senhor Deibson Leite Bandeira, ao qual relatamos a ocorrência e apresentamos o relatório da CIPA, o mesmo não apresentou nenhuma justificativa sobre a ocorrência de tal fato.

DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos fatos mencionados, com a constatação do lançamento de resíduos sólidos (composto de terra e vegetação) em um lago de coordenadas geográficas N 02°47'44,6" e W 061°12'27,1" a empresa foi autuada.

Handwritten signatures



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



DA LEGISLAÇÃO APLICADA AO CASO

Constituição Federal de 1988

Artigo 24, Inciso VI:

Determina que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente, controle de Poluição e responsabilidade por danos ao meio ambiente

Artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Lei Federal nº 9.605 de 12 fevereiro de 1998.

Artigo 70 – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.

Artigo 54 - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que a resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

§2º Se o crime:

V – ocorrer por lançamento de resíduo sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena – reclusão, de um a cinco anos.

Decreto nº . 6.514, de 22 de julho de 2008.

Artigo 3º - As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II – multa simples.

Artigo 62. Incorre nas mesmas multas do art.61 quem:

V – lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos.



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS



"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"


Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais).

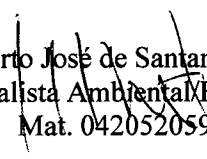
CONCLUSÃO

Diante dos fatos narrados, no dia 02 de maio de 2019, a Pirandira Empreendimentos Imobiliários LTDA, CNPJ. 07.445.119/0001-17, tomou ciência do auto de infração, através do seu representante, foi multado no valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por lançar resíduos sólidos em um lago nas coordenadas geográficas N 02°47'44,6" e W 060°36'53,0", tendo como base legal, o artigo 70 inciso § 1º da Lei 9.605/98 e art.62 inciso V do Decreto Federal 6.514/08, sendo o auto de infração nº 0003693.

O mesmo foi informado do direito ao contraditório e ampla defesa.

Boa Vista-RR, 08 de maio de 2019.


José Rodrigues da Silva Júnior
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052084


Roberto José de Santana Neto
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052059



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



11/11/2012



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**2ª TITULARIDADE****OFÍCIO Nº 050/19/PJMA/2ºTIT/MPRR**

Boa Vista/RR, 26 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
IONILSON SAMPAIO DE SOUZA
Presidente Interino da FEMARH

Ref.: PP Nº 001/19/PJMA/2ºTIT/MPRR- APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA
IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA- 3ª ETAPA.

Assunto: Ofício nº 249/2019/GAB/FEMARH- Dilação de prazo.

FEMARH-RR PROTOCOLO
Em: 27/03/19
Hora 09:30
Assinatura

Senhor Presidente,

Por meio do presente, em atenção ao Ofício em referência, **DEFIRO** o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para resposta à requisição ministerial nº 037/19/PJMA/2ºTIT/MPRR.

Atenciosamente,

ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, Promotor(a) de Justiça, em 26/03/2019, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprrr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0053064** e o código CRC **9A32D6DB**.

CONFORME ARTIGO 70 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 FOI CONSTATADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. O ARTIGO 3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008, FORAM IMPOSTAS AS SEGUINTE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- ☐ ADVERTÊNCIA
 ☒ MULTA SIMPLES
 ☐ MULTA DIÁRIA
 ☐ APREENSÃO
☐ DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES
☐ EMBARGO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES

01- CPF/CNPJ 07.445.119/0001-17				02- C. IDENT./TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL / PASSAPORTE -			
03- NOME DO AUTUADO Pinaudina empresamen... / ... / ...						04- NATURALIDADE:	
05- FILIAÇÃO							
06- ENDEREÇO Rua Apuricaba, 1016						07- TELEFONE 3621 8400	
08- BAIRRO OU DISTRITO CENTRO				09- MUNICÍPIO/CIDADE BOA VISTA		10- UF RR	
11- CEP							
12- DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO Causa poluição por lançamento de resíduos sólidos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos. coordenadas geográficas: N 02° 47' 44.6" W 060° 36' 53.0"							
INFRAÇÃO DE ACORDO COM O:							
13- ART.	INCISO/ALÍNEA/§	C/ARTIGO	INCISO/ALÍNEA/§	14-ARTIGO	INCISO/ALÍNEA/§	C/ART.	INCISO/ALÍNEA/§
70	§ 1º	54	§ 2º V	3	II	62	V
16- LEI: 9605/98				17- DECRETO: 6514/2008			
18- VALOR DA MULTA 5.000,00							
19- DESCRIÇÃO DAS DEMAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS:							
20- COORDENADAS DO LOCAL DA INFRAÇÃO N 02° 47' 44.6" W 60° 36' 53.0"							
21- MUNICÍPIO/CIDADE Cantá				22- UF RR			
23- HORA DA AUTUAÇÃO 9:30hs		24- DATA DA AUTUAÇÃO 02/05/19		25- DATA DE VENCIMENTO DA MULTA 21/05/19		26- VALOR DECLARADO DOS BENS APREENHIDOS: R\$	
27- ASSINATURA DO AUTUADO							
ARTIGO 103. O AUTUADO PODERÁ NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A PARTIR DA DATA DA CIÊNCIA DA AUTUAÇÃO, OFERECER DEFESA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO							
28- ASSINATURAS							

Denilson Leite Bandeira
Sócio-Administrador

Roberto José de Santana Neto
Analista Ambiental / Fiscal
MPE 042052107

José Rodrigues da Silva Júnior
Analista Ambiental / Fiscal
DMCA / FEMARH / RR
MPE 042052084